

DESENHO E MÉTODO

Leandro Medrano

Nas últimas décadas, os métodos de ensino na arquitetura e no urbanismo (A&U) têm enfrentado novos desafios, advindos da dificuldade da disciplina em acompanhar as transformações sociais, políticas, culturais, econômicas e tecnológicas que marcaram a segunda metade do século 20. Por um lado, os argumentos metodológicos desenvolvidos a partir dos anos 1960 – acertados, em suma, nos instrumentos de *análise, síntese e avaliação* do projeto, do produto e da mercadoria –, parecem não mais responder às demandas contemporâneas, principalmente diante da crise generalizada do capitalismo que atinge todo o mundo. Por outro, a dimensão cultural da A&U se arrefece frente aos desdobramentos simbólicos e reais das aventuras mais ousadas da disciplina nas últimas décadas do século passado, como o *urbanismo estratégico* e a *arquitetura-espetáculo*.

Em relação ao ensino de A&U, essas dificuldades são ainda mais evidentes. Países com ampla tradição nesse campo profissional, como os da Europa mediterrânea, reorganizaram forçadamente suas estruturas curriculares (reduzindo conteúdos e carga horária) com vistas a atender às demandas da *Declaração de Bolonha*, cujas prerrogativas acadêmicas não são consensuais entre os especialistas da área. Ou seja, por trás da unificação curricular dos cursos de graduação europeus pelo sistema 3+2 (três anos bacharelado e dois de “mestrado”), segundo grande parte da literatura analítica disponível, o que se pôde constatar foi a precarização generalizada do ensino – transformando em instrumental ao mercado laboral ou em “*cultural studies*” o que era humanista, crítico, capacitador e essencial ao desenvolvimento da cidadania. Ademais, as deficiências decorrentes dos currículos diminutos e pragmáticos exigem dessa nova geração de profissionais um investimento expressivo em cursos de especialização, em geral muito bem pagos e ministrados tanto em universidades públicas quanto em privadas, o que corrobora com os interesses econômicos das Instituições de Ensino Superior (IES) em tempos de neoliberalismo. Assim, a educação como bem público é posta à sombra em favor da sua mercantilização (a chamada *commodification of knowledge*), o que no caso dos cursos de A&U convêm aos interesses do capital e não aos problemas prementes aos espaços urbanos e arquitetônicos da vida cotidiana.

O Brasil, ainda que indiferente aos termos da *Declaração de Bolonha*, teve um percurso não muito diverso ao da união europeia. Em simetria à proliferação das IES particulares ocorrida nos anos 1990 e 2000, que no caso dos cursos de A&U foi de aproximadamente 200%, vimos uma rápida

transformação do papel da profissão na sociedade, que passa a se ocupar, predominantemente, de questões de pequena monta quanto a suas implicações técnicas, econômicas, culturais e políticas. Com currículos mínimos e camuflados por duvidosas estratégias pedagógicas, pouca valorização do corpo docente e inexpressiva vocação para a pesquisa, a maior parte dos “novos” cursos de A&U não preparam seus alunos para os desafios da disciplina no século 21. O que vemos são instituições moldadas em função de seus resultados financeiros, o que na maioria dos casos ocorre em detrimento dos resultados acadêmicos. Fica em segundo plano a capacitação do corpo docente, o investimento em pesquisas e a preocupação com o impacto social de seu projeto pedagógico.

E qual seria o resultado cotidiano dessa equação, permeada por boas vontades “humanistas” que alardeiam a democratização do ensino superior? Do ponto de vista urbano e social, a *segregação* – avalizada pelo Estado e pela Empresa. Pois, ao não considerar em suas decupagens analíticas a complexidade dos temas que envolvem o conceito de *Cidade*, reduzem suas práticas ao que já é determinado pelo mercado ou pela estrutura social vigente, que no caso do mundo contemporâneo, pauta-se em estratégias conservadoras que intensificam as várias formas de exclusão.

Nesse contexto, o lugar ocupado pela FAUUSP adquire singular relevância. Pois sua dimensão histórica, estrutura acadêmico-administrativa e seus recursos econômicos não deixam dúvidas quanto ao compromisso pela excelência que lhe é socialmente atribuída, principalmente em consideração ao sistema que rege o ensino superior no Brasil. Excelência que deve orientar tanto a atualização dos conteúdos disciplinares, das práticas pedagógicas e da estrutura curricular, quanto os instrumentos de seleção e democratização do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação. Destarte, os mecanismos e ditames advindos das formas de gestão relacionadas à mercantilização do conhecimento, ou mesmo a sua massificação no âmbito das políticas de acesso ao ensino superior – quando em prejuízo da qualidade do ensino –, são incompatíveis com as premissas acordadas pela sociedade brasileira e pela USP. Sobretudo se ponderada à complexa questão das demandas espaciais e urbanas de um País cuja histórica cisão social acirrou-se frente ao atual e conturbado cenário político e econômico nacional.

A Revista Pós tem papel fundamental em relação aos objetivos e demandas da FAUUSP e à produção científica nacional, pois em seus 25 anos de

existência, tornou-se um dos mais importantes instrumentos de divulgação de pesquisas acadêmicas no campo da arquitetura, do urbanismo e do design. Esse percurso resultou em diversos processos de atualização de sua estrutura editorial, quase sempre em atenção à institucionalização, democratização, internacionalização e transparência dos métodos de divulgação de pesquisas científicas. Nesse sentido, o ano de 2017 constitui um novo marco à revista, pois consolida condutas editoriais que foram renovadas para atender às exigências de indexadores internacionais, como o SciELO e o SCOPUS, e do indicador de avaliação nacional *Qualis*, da CAPES.

Boa leitura!

Leandro Medrano

Editor-Chefe Revista PÓS

medrano@usp.br